

# A INTERPRETAÇÃO DE NARRATIVAS RELIGIOSAS E SUA RELAÇÃO COM A SEMÂNTICA DE CONCEITOS DA RAZÃO PRÁTICA PURA\*

JOÃOSINHO BECKENKAMP

*Universidade Federal de Pelotas*

*jobeck@ufpel.tche.br*

**Resumo:** Em vários momentos cruciais da filosofia crítica kantiana, pode-se constatar uma estreita imbricação entre procedimentos de interpretação (hermenêuticos) e de significação (semânticos). Aqui se investiga essa correlação no âmbito da razão prática, no qual Kant propõe a moralidade como princípio da interpretação de narrativas religiosas, indicando-se a própria interpretação como uma maneira de dar certa densidade sensível às idéias da razão pura. Sem se preocupar com uma interpretação literal das narrativas bíblicas, Kant propõe lançar mão delas no processo de simbolização das idéias da razão prática pura. Como exemplos, são abordadas aqui as narrativas da queda original da humanidade e da queda dos anjos.

**Palavras-chave:** Interpretação. Sensificação. Simbolização. Significação.

**Abstract:** In some decisive moments of Kant's critical philosophy, we can find a close imbrication of interpretation (hermeneutics) and signification (semantics). This paper focalizes this imbrication in the domain of practical reason, wherein Kant proposes morality as principle for the interpretation of religious narrations, indicating this very interpretation as a way to give some sensible density to the ideas of pure reason. Without carrying so much about a literal interpretation of biblical narrations, Kant proposes to use them in the process of symbolizing ideas of pure practical reason. For exemplification's sake, present paper analyzes the narrations of the Fall of mankind and the fall of angels.

**Key-words:** Interpretation. Sensification. Symbolizing. Signification.

Apesar de sua importância tanto para o desenvolvimento da hermenêutica moderna quanto para a incorporação das representações religiosas no discurso filosófico (de Fr. Schlegel e Hegel a Feuerbach e além), os princípios estabelecidos por Kant para a interpretação de textos bíblicos são relativamente pouco conhecidos e estudados em geral. No entanto, o que parece à primeira vista um tema marginal e explorado apenas pelo Kant da velhice, revela-se um tema fundamental do pensamento moderno assim que se passa a lhe prestar mais atenção.

No que se segue, parte-se de uma delimitação do conceito kantiano de interpretação em relação aos procedimentos semânticos correntes na filosofia contemporânea; em seguida, apresentam-se os princípios estabelecidos pela filosofia crítica de Kant para a interpretação de narrativas religiosas; finalmente, estuda-se a aplicação desses princípios hermenêuticos a dois casos de narrativas religiosas provenientes da Sagrada Escritura.

---

\* Trabalho apresentado no VIII Colóquio Kant: Problemas Semânticos na Doutrina Kantiana da Religião, realizado na UNICAMP de 29 a 31 de maio de 2006.

## 1. INTERPRETAÇÃO E SEMÂNTICA

Com o desenvolvimento de uma leitura semântica de pontos essenciais da filosofia kantiana, tornou-se possível também uma leitura mais articulada de uma série de considerações de Kant sobre o significado e o sentido de representações. Procura-se mostrar a seguir que estas considerações vão em duas direções distintas e insuficientemente separadas na investigação semântica até agora. As correntes interpretações semânticas da filosofia kantiana tomam como semânticas duas espécies distintas de operações de correlação de representações, consistindo uma no processo de conferir um significado objetivo <*Sinngebung*> a representações abstratas, enquanto a outra consiste em interpretar <*auslegen, deuten*> representações mais concretas em termos de uma representação abstrata. Ambas as operações passaram a ser caracterizadas como operações de interpretação, sendo esse conceito decisivo para a elucidação da diferença em questão. Proponho retomar uma designação tradicional, chamando a primeira operação de semântica e a segunda mais propriamente de hermenêutica, o que torna forçoso precisar os diversos sentidos de ‘interpretação’ aqui envolvidos.

Para situar precisamente as operações hermenêuticas que Kant sugeriu em seus textos, cumpre antes de mais nada colocar entre parêntesis aquele sentido bastante novo de ‘interpretação’ que remonta a Tarski e a Carnap, em seus trabalhos a partir de meados da década de 30 do século passado. Na linha de desenvolvimento desta semântica interpretativa, associada originalmente ainda à teoria dos modelos, ‘interpretação’ significa a apresentação de uma correspondência dos elementos formais e abstratos de uma teoria a elementos objetuais e mais concretos. Desenvolvendo-se no bojo de uma tradição empirista e positivista, esta semântica interpretativa postula inicialmente um certo domínio de objetos, deixando de lado a questão da constituição do próprio objeto. Como bem lembrou Z. Loparic no prefácio de seu *A semântica transcendental de Kant*, a semântica construtivista supera esta ingenuidade ontológica do empirismo propondo uma operação de interpretação em que os objetos não são simplesmente pressupostos, mas são constituídos ou constituídos pela própria operação interpretativa: “A chave de diferença entre uma semântica realista e a semântica construtivista está no conceito de interpretação. No primeiro caso, interpretar significa *associar*, de uma ou outra maneira, conceitos ou termos (ou estruturas representacionais mais complicadas) já formados, com objetos (ou estruturas objetuais mais complicadas) previamente dados. No segundo caso, interpretar significa *gerar*, por meio de uma operação de construção, um objeto (forma objetual) que *satisfaça* as condições do conceito (forma representacional discursiva) ainda vazio e que o *preencha*. Em outras palavras, o construti-

vista, para poder associar, precisa primeiro constituir os dois lados da associação.”<sup>1</sup> Loparic está aqui distinguindo duas concepções bem diferenciadas das operações semânticas, as quais, numa perspectiva mais histórica, poderíamos associar respectivamente à tradição anglo-saxã e à tradição alemã. Por trás dessa diferença na concepção da relação semântica encontra-se, claro está, uma diferença na concepção dos fundamentos ontológicos, podendo-se dizer que a tradição anglo-saxã se contenta com uma ontologia mais tosca (empirista), para não dizer ingênuas.

Ora, para o que se desenvolverá aqui em seguida, é importante notar de saída que este sentido de ‘interpretação’ é bem recente, tendo-se constituído junto com a própria interpretação semântica em filosofia, enquanto o outro sentido nos vem de uma tradição que remonta aos antigos gregos (presente ainda em ‘hermenêutica’) e romanos (presente em ‘interpretação’), marcando presença em todas as etapas do desenvolvimento da cultura ocidental. O objetivo do presente trabalho é mostrar que Kant apresentou algumas teses fundamentais também em relação a esta tradição hermenêutica, podendo-se mesmo situá-lo na origem da hermenêutica moderna.

## 2. INTERPRETAÇÃO <AUSLEGUNG, DEUTUNG> EM KANT

As formulações mais gerais de Kant sobre interpretação, exegese e hermenêutica são encontradas em seu opúsculo *O conflito das faculdades*, publicado em 1798. Tratando de delimitar as competências respectivas da faculdade de filosofia e das faculdades superiores de teologia, direito e medicina, Kant explicita em relação à teologia o que constitui a contribuição específica da filosofia para a interpretação de textos religiosos, defendendo o procedimento que adotara em seu texto de 1793 sobre *A religião nos limites da simples razão*. Diante da tradição teológica, trata-se, portanto, para o filósofo, de estabelecer “princípios filosóficos da interpretação da Escritura” (AA VII, 38), formulando-se a “regra suprema da interpretação <Interpretation>” (AA VII, 41) nos seguintes termos: “Passagens que contêm certas doutrinas *teóricas*, anunciadas como sagradas, mas que *ultrapassam* todo conceito racional (até mesmo o prático) *podem*, aquelas passagens, entretanto, que contêm proposições que contradizem à razão prática *devem* ser interpretadas em favor da última.” (*Der Streit der Fakultäten*, AA VII, 38). Essa regra formula a pretensão da razão a se constituir como autoridade suprema também no âmbito da interpretação de textos religiosos, desdobrando-se em duas partes. Com a primeira parte da regra, concernente àquelas narrativas cujo sentido literal ultrapassa os limites da razão sem, no entanto, entrar em contradição com os princípios racionais, torna-se disponível para a interpretação racional o conjunto dos textos sagrados, seja aqueles que já se atêm ao “conceito racional”, seja aqueles que o

---

<sup>1</sup> Z. Loparic, *A semântica transcendental de Kant*, Campinas, Unicamp/CLE, 2002, p. xxvi.

ultrapassam, exigindo assim uma interpretação racional. Com a parte final da regra, concernente àquelas narrativas que entram em contradição com a razão, é mesmo formulado um princípio de intervenção no âmbito das interpretações religiosas, *devendo* ser combatido o desdobramento irracional e sugerida uma interpretação racional dessas narrativas.

Apesar do enorme desafio que um tal princípio racional de interpretação constitui para uma teologia tradicional e dogmática, Kant acredita poder contar com o apoio de uma faculdade teológica esclarecida, pois mesmo os teólogos concederiam, ao distinguir entre expressão humana e sentido divino, que “a razão é, em matérias religiosas, a intérprete <Auslegerin> suprema da Escritura” (AA VII, 41). Esta expectativa de Kant só se justifica diante do desenvolvimento que a teologia protestante sofreu desde a Reforma até a Época das Luzes dando margem à esperança de que um dia a própria teologia se harmonizaria plenamente com a razão. No contexto da proibição de se manifestar sobre assuntos religiosos, sofrida por Kant em 1794, trata-se aqui, não de uma ingenuidade, mas de uma expectativa motivada pela própria razão.

Em termos de técnica interpretativa, a regra mencionada pressupõe a distinção entre o sentido literal de uma narrativa e o sentido que se estabelece pela interpretação.<sup>2</sup> Assim, as narrativas bíblicas podem ser “tomadas como verdadeiras literalmente <buchstäblich für wahr gehalten>” ou “interpretadas de certa maneira <doch so ausgelegt>” (*Der Streit der Fakultäten*, AA VII, 41). Ao “sentido literal <der buchstäbliche Sinn>” (AA VII, 41) podem ser contrapostos sentidos estabelecidos por interpretação, por exemplo, mediante “a idéia de uma interpretação filosófica da Escritura” (AA VII, 44). Assim, a interpretação que Kant sugeriu em *A religião nos limites da simples razão* é uma aplicação dessa idéia de uma interpretação filosófica da Escritura, tendo como fio condutor o princípio da moralidade. O sentido literal é designado também “a letra”, contrapondo-se-lhe “o espírito” (Cf. AA VII, 64), que na interpretação kantiana é o sentido moral. A crença no sentido literal ou na mera letra da narrativa “é morta em si mesma” (AA VII, 66), enquanto só o espírito ou a crença no sentido moral vivifica e torna bem-aventurado (cf. AA VII, 67).

Abrindo os textos bíblicos para o campo das interpretações, a regra da interpretabilidade dos textos e discursos religiosos leva naturalmente ao desenvolvimento de uma técnica da interpretação, a fim de suplantar a total arbitrariedade que se estabeleceria com interpretações sem nenhum critério. Esta técnica é a hermenêutica, cujo desenvolvimento inicial se dá como “ar-

---

<sup>2</sup> A rigor, o sentido literal de um discurso qualquer ou de um texto tem de ser estabelecido também por uma interpretação, no caso fornecida pela própria linguagem. O que Kant desenvolve explicitamente no terreno dos procedimentos semânticos e hermenêuticos tem sempre o caráter do embrionário, cabendo a nós a tarefa de explicitar o potencial ali contido.

*te/técnica da interpretação <Auslegungskunst> bíblica (hermeneutica sacra)”* (AA VII, 66). A hermenêutica pode tomar o texto sagrado como autêntico, quer dizer, como expressando a intenção do autor, caso em que “a interpretação tem de ser adequada literalmente (filologicamente) ao sentido do autor” (AA VII, 66), ou então em sentido doutrinal, quando o intérprete “tem a liberdade de atribuir à passagem (filosoficamente) aquele sentido que ela adquire na exegese em perspectiva prático-moral” (AA VII, 66). Ora, tão-somente a interpretação doutrinal adota como critério o progresso moral dos povos, enquanto a interpretação literal se aferra ao sentido literal das narrativas, menosprezando mesmo a possibilidade de que seus autores tenham se equivocado ou representem um estágio pouco desenvolvido do conhecimento e da moralidade: “Portanto o único método bíblico-evangélico de instruir o povo na verdadeira religião interior e universal é tão-somente aquela interpretação *doutrinal* que não exige conhecer (empiricamente) qual sentido o autor sagrado pode ter dado a suas palavras, mas qual doutrina a razão pode ocasionalmente atribuir (*a priori*) a um trecho da Bíblia em perspectiva prática” (*Der Streit der Fakultäten*, AA VII, 67).

*O conflito das faculdades* explicita, assim, os princípios filosóficos da interpretação de narrativas religiosas, fornecendo finalmente o fundamento da interpretação filosófica de algumas dessas narrativas apresentada por Kant em seu *A religião nos limites da simples razão*. Essa obra visa uma interpretação unitária das narrativas bíblicas sob o princípio único da moralidade. A filosofia moral kantiana abriu também espaço para uma religião racional ou uma fé moral, na perspectiva da complementação das exigências rigorosas da razão prática pura num ser limitado e mesclado com elementos sensíveis como é o ser humano. *A Crítica da razão prática* reconhece a necessidade de um ser racional finito acreditar na existência de Deus, introduzindo-a como um postulado da razão prática e autorizando, assim, a crença religiosa e o cultivo de uma religião racional em perspectiva moral. Ora, historicamente seres racionais finitos como os homens sempre já se deparam com crenças empiricamente constituídas, nas quais os povos satisfazem aquela “necessidade natural de todos os homens de obter para os supremos conceitos e fundamentos racionais sempre algo *sensivelmente seguro*, uma confirmação qualquer da experiência etc.” (*Die Religion*, AA VI, 110). Historicamente, portanto, a autorização do cultivo da religião racional visando a complementação sensível das exigências da razão leva à necessidade de harmonizar aquelas crenças empíricas com o fundamento da fé moral, tornando indispensável a hermenêutica, pois “para tanto é exigida uma interpretação <Auslegung> da revelação que chegou até nós, i. é, uma completa interpretação <Deutung> da mesma em um sentido que concorda com as regras práticas universais de uma religião racional.” (*Die Religion*, AA VI, 110). Está respondida assim

a questão que Kant formula em nota: “pergunto se a moral deve ser interpretada segundo a Bíblia ou antes a Bíblia deve ser interpretada segundo a moral” (*Die Religion*, AA VI, 110 nota). Sendo o fim de toda atividade racional a promoção da moralidade, a complementação sensível que a razão prática pura encontra nas narrativas bíblicas só será autorizada segundo o princípio da própria moralidade: “Uma vez que o aprimoramento moral do homem constitui propriamente o fim de toda religião racional, essa conterà também o princípio supremo de toda interpretação da Escritura.” (*Die Religion*, AA VI, 112).

O princípio da moralidade constitui, portanto, o critério de uma interpretação unitária das narrativas bíblicas com a qual Kant marca presença na história da exegese bíblica e da hermenêutica em geral. Pois este procedimento interpretativo com base em um critério único suplanta a arbitrariedade e a aleatoriedade que o princípio da interpretabilidade das narrativas traz consigo. A hermenêutica kantiana opera segundo um princípio que lhe permite determinar de maneira unificada “o sentido que damos aos símbolos da fé popular ou também dos livros sagrados” (*Die Religion*, AA VI, 111). Os símbolos da crença popular são produtos da fantasia ou imaginação dos povos, tendo em geral um sentido literal na própria representação popular. Na medida em que “a religião racional pura tem de ser a intérprete” (*Die Religion*, AA VI, 160) desses símbolos para que sejam adequados à simbolização dos conceitos da razão prática pura, ela não pode se ater ao sentido literal que a crença popular geralmente lhes confere, mas também não pode simplesmente ignorar a representação dos povos, tratando-se de lhe “atribuir um sentido espiritual [...] sem entrar em conflito com o sentido literal da fé popular” (*Die Religion*, AA VI, 111).

As narrativas religiosas, os símbolos da crença popular, constituem em geral “artigos de fé <*Glaubensmeinungen*> [...] nas quais não se consegue alcançar de forma alguma qualquer concordância se não se apela para a razão pura como intérprete” (*Die Religion*, AA VI, 130). Ao longo do texto sobre a religião, quando a razão pura opera como intérprete, encontra-se explicitado este procedimento interpretativo em formulações como “dar-lhe a última interpretação” (AA VI, 113) ou “isto pode certamente ser interpretado assim” (AA VI, 121 nota) ou ainda: “pode-se interpretá-lo como uma representação puramente simbólica” (AA VI, 134). Em todos estes casos, a interpretação consiste em conferir um sentido moral ou puramente racional àqueles produtos da fantasia popular que constituem as narrativas religiosas. Estas operações hermenêuticas, por outro lado, tornam disponíveis essas narrativas como símbolos adequados para a sensificação dos conceitos puros da razão prática, com o que podem contribuir com a semântica desses conceitos.

### 3. A INTERPRETAÇÃO MORAL DE REPRESENTAÇÕES RELIGIOSAS

Kant começa a falar de interpretação e hermenêutica no contexto bem delimitado da simbolização<sup>3</sup> de conceitos da razão prática pura, sugerindo que se pode lançar mão de certas representações religiosas para conferir uma roupagem sensível a esses conceitos, sem a qual eles poderiam aparecer de uma forma excessivamente abstrata para um ser racional constituído em sua fusão com a sensibilidade como é o ser humano. A interpretação é realizada sobre as representações religiosas, que passam a ser interpretadas em termos de conceitos e princípios da razão prática pura.

Em *A religião nos limites da simples razão*, Kant sugere uma interpretação moral de uma série de narrativas bíblicas ou religiosas em geral. Para não estender demais a presente exposição, concentro-me aqui na interpretação das narrativas da queda original da humanidade e da queda dos anjos. Neste caso específico, está em questão o problema que a filosofia moral encontra em explicar a origem do mal moral.<sup>4</sup> Na ordem dos conceitos, não pode tratar-se de uma origem temporal, pois a determinação de ações livres é de natureza puramente inteligível, devendo ser evitado qualquer mistura de elementos sensíveis; a origem racional do mal moral é, entretanto, incompreensível, pois pressupõe que um ser racional use sua razão para se voltar contra a própria lei da razão. O mal moral não pode ter seu fundamento meramente nos impulsos de nossa natureza sensível, pois nesse caso seríamos levados eventualmente a fazer coisas ruins, mas que, não sendo resultado de determinações livres de nossa vontade, também não poderiam nos ser imputadas. A ruindade com base em impulsos naturais não é suficiente para se atribuir maldade moral a um ser. Resta, pois, tão-somente a razão mesma como fundamento do mal moral. Mas como compreender que na própria razão se encontra a origem do mal? A mesma razão que dá uma lei prática e exige que todas as máximas que atendem a impulsos naturais sejam submetidas a sua lei teria de subverter essa ordem e prescrever como máxima suprema, não a lei moral, mas a satisfação do impulso natural. Essa subversão é bem “imperscrutável” <unerforschlich>, não nos restando “nenhum fundamento compreensível a partir do qual o mal moral pudesse por vez primeira ter entrado em nós.” (*Die Religion*, AA VI, 43).

A razão corre o risco, assim, de ver seus conceitos e relações morais fundamentais dissipados no abstrato e no vazio, sendo incapaz de dar resposta a questões bem elementares do do-

---

<sup>3</sup> Sobre a simbolização em Kant ver meu artigo “Simbolização na filosofia crítica kantiana”, em *Studia Kantiana* 5 (2003), p.149-163.

<sup>4</sup> Tratamento detalhado do problema do mal moral em Kant se encontra em meus artigos “Kant e o problema do mal na filosofia moral”, in: *Dissertatio* 4 (1996), p. 111-134, e “O paradoxo do mal moral em Kant”, in: *Dissertatio* 9 (1999), p. 53-70.

mínio prático. Aqui ela se depara com as narrativas bíblicas como uma possível complementação sensível bem-vinda. No caso da dificuldade de compreender a origem do mal moral, a Sagrada Escritura oferece a narrativa da queda ou do pecado original, desdobrando no tempo da narrativa aquilo que se tornou incompreensível na ordem da pura razão e possibilitando assim a sensificação de uma relação puramente racional: “Com isso concorda então o modo de representação de que se vale a Sagrada Escritura para descrever a origem do mal como um *início* do mesmo no gênero humano, ao representá-lo em uma história, na qual aquilo que deve ser pensado como o primeiro segundo a natureza da coisa (sem se levar em consideração a condição temporal) aparece como tal segundo o tempo.” (*Die Religion*, AA VI, 42). O primeiro homem é representado pela narrativa do *Gênesis* como saindo da natureza ou da criação divina em estado de inocência, sem nenhuma propensão ao mal: “os dois estavam nus, o homem e sua mulher, e não se envergonhavam” (Gn 2, 25). A natureza não constitui, portanto, por si só o lugar de origem do mal. Os primeiros homens podiam comer de tudo no Jardim do Éden, com exceção dos frutos de uma árvore que lhes traria o conhecimento do bem e do mal. Para seres afetados por inclinações naturais, a lei aparece na forma da proibição: “E Iahweh Deus deu ao homem este mandamento: “Podes comer de todas as árvores do jardim. Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás”” (Gn 2, 16-17). Em si mesma, a natureza do homem não implica o conhecimento do bem e do mal. Para que chegue a tanto, é preciso que se introduzam a reflexão e o raciocínio, o que a Bíblia faz igualmente de forma simbólica: “A serpente era o mais astuto de todos os animais dos campos que Iahweh Deus tinha feito. Ela disse à mulher: “Então Deus disse: Vós não podeis comer de todas as árvores do jardim?” A mulher respondeu à serpente: “Nós podemos comer do fruto das árvores do jardim. Mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, Deus disse: Dele não comereis, nele não tocareis, sob pena de morte.” A serpente disse então à mulher: “Não, não morrereis! Mas Deus sabe que, no dia em que dele comerdes, vossos olhos se abrirão e vós sereis como deuses, versados no bem e no mal.”” (Gn 3, 1-5). Trágica ironia que no jardim da natureza houvesse um tal animal e, bem no meio, justamente a árvore proibida! A primeira transgressão da lei divina, simbolizando aqui a lei moral e sua transgressão, é representada como queda original, mas num contexto carregado de sedução: “A mulher viu que a árvore era boa ao apetite e formosa à vista, e que essa árvore era desejável para adquirir discernimento. Tomou-lhe do fruto e comeu. Deu-o também a seu marido, que com ela estava, e ele comeu. Então abriram-se os olhos dos dois e perceberam que estavam nus; entrelaçaram folhas de figueira e se cingiram.” (Gn 3, 6-7). Bem, o resto é a história da humanidade!

A representação da origem da transgressão da lei moral na culpa ou pecado original, que se transfere desde então às gerações seguintes, permite concentrar o problema da origem do mal na projeção de um momento de queda no início dos tempos. O problema pode então ser desdobrado numa narrativa que transcorre no tempo, aparecendo os diversos elementos racionais envolvidos em figuras claramente distintas na sensibilidade ou, no caso, na imaginação: o legislador, a lei, a inocência natural do primeiro homem, mas também a sedução e, mais ainda, o sedutor. O passo decisivo é dado em decorrência de um processo de sedução, o que coloca a própria sedução no centro das considerações: é nela que se define a transgressão original. Aliás, tratando-se de uma representação simbólica, nada obriga que a serpente (o sedutor) não seja interpretada como um símbolo ou imagem da própria sedução, então levada a cabo pelo homem (ou mulher, no caso). Do ponto de vista do simbolizado, entretanto, permanecer-se-ia assim com a dificuldade inicial: se o homem é inocente por natureza, de onde lhe teria vindo esta capacidade de traçar arrazoados sobre a proibição divina e mesmo sobre as intenções de Deus.

A tradição judaica, uma das primeiras a sofisticar as técnicas de interpretação, não deixou passar em branco a oportunidade de aprofundar neste ponto a representação da origem do mal, associando à serpente a figura de um espírito puro que rompeu com a corte celeste. Ainda que tardiamente, a partir de cerca de 200 a. C., a tradição judaica de interpretação dos textos passou a tratar aquela serpente, não como um mero animal, mas como um espírito puro com uma roupagem sensível na forma de serpente. A representação da primeira origem do mal ou da verdadeira queda original é transferida, assim, do casal de inocentes humanos, cuja natureza é insuficientemente espiritualizada para dar conta de um ato tão sublime, para a esfera dos espíritos puros na imagem dos anjos ou filhos do céu. Nos apócrifos do Antigo Testamento conhecidos como primeiro e segundo livros de *Enoque*, cuja redação ocorre nos dois últimos séculos antes de Cristo, a figuração da origem do mal de fato é desenvolvida sobre a história da queda dos anjos. Uma primeira linha de narrativas pretende que os anjos caíram por desejarem as filhas dos homens, o que associado com a narrativa da serpente no Jardim do Éden explicaria o resto da história do mal no mundo, mas não explica por que nem como seres espirituais puros teriam desenvolvido desejos carnis pelas filhas dos homens. Assim, uma linha posterior de narrativas passa a atribuir a queda dos anjos ao orgulho, o que parece mais satisfatório do ponto de vista da pureza espiritual requerida aqui.

Na Bíblia cristã, a história da queda dos anjos e a associação do anjo caído com a serpente se encontram incorporadas em vários trechos do Novo Testamento (p. ex., Lc 10, 18, Ap 12, 4 e Ap 12, 7-9). Com base nessas passagens, a tradição cristã pôde elaborar e sofisticar as narrati-

vas que tratam a serpente no Jardim do Éden como aparição do espírito caído. Essa narrativa elaborada e que já interpreta de uma certa maneira a presença da serpente no paraíso constitui a referência simbólica para a interpretação moral proposta por Kant. Tendo transferido a verdadeira queda original para o âmbito do espírito puro, a narrativa da queda dos anjos se presta muito melhor para a simbolização ou sensificação daquele momento de incompreensibilidade que a razão encontra em sua investigação da origem do mal moral: “Esta incompreensibilidade e a determinação ulterior da maldade de nossa espécie são expressas pela Escritura na narrativa histórica ao fazer preceder o mal no início do mundo, ainda não no homem, mas num *espírito* originalmente de destinação sublime, com o que, portanto, o *primeiro* começo de todo mal em geral é representado como incompreensível para nós (pois de onde vem o mal naquele espírito?), enquanto o homem é representado como tendo caído no mal apenas *pela sedução*, portanto *não como fundamentalmente* corrupto, mas ainda capaz de uma melhora, em contraposição com um *espírito* sedutor, i. é, um ser tal que a tentação da carne não lhe pode valer para a diminuição de sua culpa” (*Die Religion*, AA VI, 43). Não podendo a tentação da carne lhe valer como uma motivação, a queda do espírito puro representa bem a incompreensibilidade derradeira da origem do mal. Pois de onde lhe viria então a motivação para a transgressão, sendo ele um espírito puro?

Como ilustram os dois exemplos de interpretação aqui detalhados, a interpretação racional ou moral de narrativas religiosas torna essas narrativas aptas a uma representação simbólica de conceitos, relações e mesmo problemas fundamentais da razão ou, no caso, da filosofia moral. Se aquele procedimento de interpretação tem sido caracterizado tradicionalmente como hermenêutico ou exegético, cabe a uma investigação semântica mais ampla responder à questão se essa complementação simbólica ou sensível de conceitos morais pode e deve ser entendida como uma operação semântica.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAEUMLER, A. *Das Irrationalitätsproblem in der Ästhetik und Logik des 18. Jahrhunderts bis zur Kritik der Urteilskraft*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1975.
- BECKENKAMP, J. “Simbolização na filosofia crítica kantiana”, in: *Studia Kantiana* 5 (2003), p. 149-163.
- \_\_\_\_\_. “Kant e o problema do mal na filosofia moral”, in: *Dissertatio* 4 (1996), p. 111-134,
- \_\_\_\_\_. “O paradoxo do mal moral em Kant”, in: *Dissertatio* 9 (1999), p. 53-70.
- GADAMER, H.-G. “Kant und die philosophische Hermeneutik”, in: *Kant-Studien* 66 (1975), p. 396-410.
- LEBRUN, G. *Kant e o fim da metafísica*. São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- LOPARIC, Z. *A semântica transcendental de Kant*. Campinas, Unicamp/CLE, 2000.
- ZAMMITO, J. H. *The Genesis of Kant's Critique of Judgment*. Chicago/London, The University of Chicago Press, 1992.